



Revista del CESLA
ISSN: 1641-4713
ISSN: 2081-1160
revistadelcesla@uw.edu.pl
Uniwersytet Warszawski
Polonia

Amor em tempo de guerra e imigração de gênero para o Brasil

Pellegrino Feres, Cristina de Lourdes

Amor em tempo de guerra e imigração de gênero para o Brasil

Revista del CESLA, núm. 22, 2018

Uniwersytet Warszawski, Polonia

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243360086005>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional.

Amor em tempo de guerra e imigração de gênero para o Brasil

Love in Time of War and Immigration of 58 wives to Brazil

Cristina de Lourdes Pellegrino Feres [1]

cristinaferes3@gmail.com

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo analisa os aspetos que envolveram a migração para o Brasil de 58 mulheres italianas que se casaram com membros da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Baseado em testemunhos e documentos pessoais (cartas, diários, fotos, artigos de jornais) pretende-se entender porque o tema careceu de interesse bibliográfico. Para tanto, são tecidas considerações acerca das motivações pessoais dessa migração como parte de um projeto de família, a interferência do Estado para viabilização do mesmo e o papel que a ausência de redes migratórias teve na adaptação à sociedade de adoção, bem como a relação entre público e privado contribuiu para o silenciamento das vozes femininas no contexto da guerra.

Palavras-chave: FEB, segunda guerra, imigração, casamento, italianas, mulher.

Abstract: This paper analyses the factors involved in the immigration of 58 Italian women to Brazil. They were married to soldiers of the Brazilian Expeditionary Force during the Second World War. Based on biographical research on the interviewees, the analysis intends to determine the reason why this subject has lacked bibliographical interest. For this purpose, there are some considerations upon the personal motivation for immigrating as part of a family project, the State interference to enable it and the role that the inexistence of a migration network played in assimilation into society, as well as how the relation between public and private contributed to muting women's voices in the context of war.

Keywords: FEB, Second War, immigration, marriage, Italians, woman.

Revista del CESLA, núm. 22, 2018

Uniwersytet Warszawski, Polonia

Recepción: 26 Junio 2018

Aprobación: 01 Enero 2019

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243360086005>

*Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.*

*Fuente: Carlos Drummond de Andrade - A
ilusão do migrante*

As narrativas que abordam os movimentos migratórios pós Segunda Guerra raramente têm como protagonistas as mulheres. Menos ainda quando as razões deste deslocamento não decorreram de questões ligadas a perseguições religiosa e política ou, ainda, de ordem econômica. No mover-se da Itália destruída pelo conflito bélico para o Brasil, 58 mulheres italianas recém-casadas com soldados brasileiros aceitaram o desafio de cruzar o oceano rumo a uma terra sobre a qual nada conheciam e sequer

escolheram viver, apenas porque estavam em busca de dar continuidade ao projeto de família que a guerra viabilizou. Sob esta perspectiva de gênero, a imigração avulsa de mulheres abre um novo capítulo acerca da atuação militar brasileira nos campos italianos e que vai além dos relatos frívolos das estratégias militares, dos treinamentos das tropas e do mapa de batalhas que culminaram na rendição das forças alemãs.

Numa panorâmica de histórias e memórias, busca-se promover o registro de depoimentos[2] daqueles que protagonizaram histórias de amor que culminaram em enlaces matrimoniais, na tentativa de reconstituir redes de relações e trajetórias pessoais que levam ao entendimento dos processos de integração social das tropas brasileiras com a população local em sua totalidade[3], a ponto de influenciar na migração de gênero para o Brasil. Nesta construção, o diálogo com a mídia da época também traz à tona as expectativas e curiosidades que envolviam a chegada daquelas mulheres, vítimas da guerra, na sociedade de adoção.

O navio das noivas

Na tarde de 7 outubro de 1945, partia do porto de Nápoles rumo ao Brasil o navio Vapor Pedro II. Após escala em Livorno e Recife, chegou ao Rio de Janeiro em 31 de outubro com um total de 361 passageiros, entre as quais 58 mulheres italianas que emigravam para o Brasil não necessariamente em busca de trabalho ou melhores condições de vida[4]. Elas tinham em comum o fato de estarem saindo da Itália sozinhas para irem ao encontro de seus maridos, soldados brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com quem haviam se casado quando as tropas brasileiras ainda estavam em solo italiano. Eram originárias de cidades onde as tropas brasileiras registraram presença como Nápoles, Roma e Livorno.

Histórias de amor que nasceram num ambiente adverso e onde a dinâmica do conflito favorecia muito mais que os avanços e retrocessos das tropas; uma rotina que ia além das instruções, da missão em combate e do apoio aos homens no front. Foram apenas onze meses que os soldados brasileiros permaneceram na Itália para lutar ao lado das forças aliadas contra o nazi-fascismo, mas tempo suficiente para ser, também, palco de romances que inspiram a imaginação de escritores[5]. Muitos daqueles romances se perderam com o fim do conflito e o retorno das tropas para o Brasil. Não foi o caso das 58 italianas que embarcaram no navio Pedro II. Por detrás de suas histórias, o momento não é propriamente um final feliz, mas um marco pessoal sobre o qual pesava a dor da ruptura, de uma vida partida, rumo a um desconhecido.

O navio Pedro II, majestoso, estava ancorado no porto, à espera de embarcar as 54 esposas[6]. Com tremor e pranto, nos despedimos de nossos entes queridos. Um pranto irrefreável me arrebatava, levando-me a viver um sonho irreal. Beijos, abraços, recomendações, o coração batia forte. Não me lembrava mais de quem havia me despedido, ficava à parte, olhava a amada terra natal e procurava imaginar o que iria pensar do novo mundo. Rita Cei[7].

Por mais que desejasse reencontrar-se com aquele que se tornara seu marido meses antes, e que nesta condição passara apenas sete dias juntos,

antes de o praça ser obrigado a embarcar com as tropas rumo à Nápoles para poder retornar ao Brasil, as palavras acima da noiva Rita descrevem os sentimentos de dor e hesitação que marcaram sua partida e que, certamente, eram compartilhados pelas companheiras de viagem... Jovens mulheres – algumas ainda menores de idade – que deixaram para trás suas famílias e cidades de origem sob ruínas para viver um projeto pessoal. No trajeto, a convicção do reencontro foi diluindo-se em meio as ondas do mar, numa profundidade de incertezas e dúvidas que tomavam conta de seus corações e faziam da travessia um ritual de passagem.

Essas mulheres não escolheram o Brasil para viver, mas a pessoa com quem desejavam passar o resto de suas vidas. Não buscavam trabalho, não dispunham de recursos para o traslado nem contavam com o apoio e o acolhimento de conterrâneos no país de destino, pois nem mesmo tinham informações acerca do local em que estavam indo morar com seus maridos. Sós, e imersas em seus sentimentos em meio à imensidão do oceano, rogavam a Deus para que seus maridos estivessem no porto à espera da chegada daquele que ficou conhecido como o “navio das noivas”.

As autoridades militares brasileiras não permitiram que os membros da FEB permanecessem na Itália com o término do conflito. Mesmo os recém-casados tiveram de retornar ao Brasil com o conjunto das tropas e aguardar pelas providências oficiais para que pudessem se reencontrar com suas esposas, o que foi possível graças à intervenção do Estado brasileiro no sentido de arcar com as despesas e solicitar ao Consulado na Itália os vistos necessários. Segundo telegrama recebido no dia 22 de setembro de 1945 pelo Consulado do Brasil em Livorno, o Ministro da Guerra autorizava a autoridade militar responsável a requisitar, por conta deste Ministério, o transporte de carga e de pessoal da FEB, “incluindo esposas de militares que se consorciaram na Itália”[8].

A invisibilidade das mulheres nos estudos da imigração

Durante o período de Guerra, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, inaugurou a política de nacionalização de mão de obra, o que incluiu o controle da entrada de estrangeiros no país. Apesar da Constituição de 1934 que criou a “Lei de cotas”, as italianas que desembarcaram do navio Pedro II foram aceitas como estrangeiras permanentes devido ao casamento ser contraído na Itália. A condição de esposas foi responsável por definir o status legal e social dessas mulheres, em que o casamento transnacional serviu como base para o Brasil conceder-lhes o visto de permanência. Por esta razão, ao lado dos seus nomes que constam na lista de passageiros desembarcados do Vapor Pedro II, foram identificadas manualmente pelas autoridades sanitárias brasileiras com o número 24, numa nítida referência ao decreto que regulamenta a entrada de estrangeiros em território nacional com o visto de permanentes[9]. A aparente flexibilidade concedida às italianas pelas autoridades brasileiras, num momento em que as pressões migratórias eram grandes como consequência da Guerra, escancara a visão da submissão social feminina: a imigração avulsa condicionada ao matrimônio com um cidadão nacional

não representava perigo à organização do Estado brasileiro. Afinal, enquanto unicamente esposas, supostamente apresentavam um risco quase nulo de concorrerem com o trabalhador nacional.

Não é novidade na história da humanidade as mulheres imigram para se casarem. No mundo ocidental, principalmente entre as classes mais abastadas, o enlace se dava como parte de alianças políticas e financeiras (Ariès, 1981). O que chama a atenção no caso da imigração de gênero em questão é o fato das noivas italianas que se deslocaram para o Brasil terem sido alvo de total invisibilidade[10], tanto nos estudos da imigração como nos que envolvem a atuação da FEB[11].

A consulta aos jornais impressos da época - que deram grande cobertura à atuação militar do Brasil na Itália - revelou um misto de expectativa e de curiosidade que nutria a sociedade brasileira quanto aos romances nascidos em meio ao conflito. Entre anúncios da chegada do navio e a convocação dos maridos pelas autoridades brasileiras através da mídia, outras poucas linhas foram dedicadas às mulheres cujos maridos não compareceram ao desembarque[12]. Fragmentos de histórias que não sobreviveram ao interesse midiático mais que poucos dias, tempo suficiente para serem recebidas por novas famílias, onde deveriam assumir o papel que caberia às mulheres da época, serem mães e esposas. Nunca foram tratadas como sujeitos do processo migratório, em parte devido à conotação masculina que até recentemente estava implícita no termo migrante (Pessar, 1999). Enquanto os homens geralmente migram em busca de trabalho, as mulheres o fazem enquanto acompanhantes dos seus pais ou maridos. E, neste caso, embora a migração não tenha se dado em conjunto, as razões que motivaram decorreram da condição de esposas, sem que isso as colocasse num papel secundário, socialmente falando, visto que poderiam ter permanecido na Itália, se assim o quisessem, mas preferiram abrir mão de todos os vínculos no país de origem em nome de um projeto de família.

As noivas italianas que emigraram para o Brasil não constituem nem mesmo um capítulo da História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Não fosse por uma referência desprezível do Pracinha Oldinot Wiladino[13] sobre o caso de um companheiro que levou uma italiana para viver com ele no Brasil, essa história continuaria silenciada. Segundo seu depoimento, um cabo do rancho teria disfarçado uma moça de homem como subterfúgio para passar despercebida das autoridades militares e, desta forma, viver com ele em meio às tropas. O nome desta moça consta da lista de mulheres embarcadas no navio Pedro II, mas tanto ela quanto o marido já morreram e hoje sobraram apenas vagas lembranças de pessoas que testemunharam o caso.

Na ânsia por achar documentos que certificassem ou não a procedência assertiva da referência acima, se chegou à comprovação do fato de ter havido um “navio das noivas”. Neste momento o projeto ganhou um desdobramento, comprometido em localizar e dar voz às 58 mulheres que, assim como Rita Cei confessou em sua carta já citada, enfrentaram, em nome do amor e do projeto de família, o desafio de emigrarem sós para o novo mundo. Ao lado da dispersão geográfica, a escassez de fontes e a

dificuldade de refazer seus trajetos após o desembarque no Brasil tem sido o maior dos desafios para romper o silenciamento deste capítulo sobre a atuação da FEB na Itália.

A guerra invade o espaço doméstico

A falta de interesse histórico pelo tema pode basear-se no fato do suposto caráter apenas pessoal da questão que envolveu o matrimônio e o deslocamento das mulheres. Sob a perspectiva do indivíduo, o sonho de construir uma vida nova impelia os sujeitos a irem além e ultrapassarem um mar de obstáculos, mas só isso não bastava. O que aparentemente julgava-se ser apenas de foro íntimo ganhou também uma conotação pública, uma vez que foi necessária a atuação do governo brasileiro no processo de concessão dos documentos e nas tratativas do transporte conjunto das mulheres que oficialmente esposaram os praças brasileiros[14]. Sob este prisma, os fatos corriqueiros do cotidiano entram para a história e ultrapassam as experiências íntimas e privadas.

Neste campo, a história oral mostra sua relevância, seja pelo significado histórico que dá à experiência pessoal, seja pelo impacto pessoal das questões históricas. É o que Portelli define como o cerne duro da história oral, ou seja, o “ponto, no qual a história invade as vidas privadas (por exemplo: quando a guerra invade o espaço doméstico sob a forma de uma bomba jogada de um avião) ou quando as vidas privadas são sugadas para dentro da história” (Portelli, 2016: 16). Em outras palavras, através das narrativas tem sido possível ir além do fato matrimonial para avançar sobre algumas questões históricas, como o impacto da ocupação nazista e da atuação das forças aliadas na vida dessas mulheres.

Desde 1939, com a invasão alemã na Polônia, a Europa vivia os horrores da Guerra. No Brasil, ninguém acreditava que um dia o país pudesse entrar no conflito, tanto que somente a partir de agosto de 1942 começaram as primeiras mobilizações favoráveis, após navios brasileiros terem sido torpedeados na costa do Nordeste. Contudo, apenas em novembro do ano seguinte deu-se a criação da Força Expedicionária Brasileira. Quando se iniciaram as convocações no Brasil, a guerra já contava com quase cinco anos de combate. A formação do corpo de combatentes enfrentava a descrença popular acerca da real participação do Brasil no conflito mundial que culminou com o embarque para a Itália de 25.334 mil soldados entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, onde permaneceram 11 meses. Na marcha para expulsar os alemães da Itália, que avançavam em direção ao norte do país, guarnições brasileiras ocuparam cidades outrora dominadas e estabeleceram contato com a população local. Neste cenário, era comum a troca de pequenos favores, como mulheres italianas lavarem ou costurarem roupas de soldados brasileiros, que pagavam por estes serviços ou doavam alimentos. Num ambiente de miséria, penúria e destruição, as redes de solidariedade marcavam o relacionamento com o povo da terra local. Foi assim com Umbertina[15], cuja mãe foi até o acampamento da FEB em Stafolli – onde havia a reserva de pessoal - para ver se os soldados tinham roupa suja para lavar. O mesmo fazia a mãe de

Loretta [16]. Já a mãe de Rita[17] costurou para aquele que viria a ser seu genro. As três jovens eram de paesi localizados na província de Pisa, em cujos arredores as tropas brasileiras permaneceram por meses, enquanto tentavam ultrapassar a Linha Gótica[18]. A convivência deu lugar aos romances.

Amigas de juventude Rita, Loretta e Umbertina tinham muitos pontos em comum. Ambas se apaixonaram por praticinas da FEB e casaram-se em Santa Croce sull' Arno; juntas foram de bicicleta ao Consulado Brasileiro em Livorno para preparar a documentação da viagem que as levaria para viver com seus maridos no Brasil. E igualmente juntas nutriram a expectativa da viagem e alimentaram o sonho de fidelidade aos seus parceiros até que a morte os separasse. Histórias compartilhadas, laços históricos e afetivos que para elas significava a única referência identitária abaixo dos trópicos.

A maioria dos enlaces ocorreu quando a Guerra havia oficialmente terminado e as tropas brasileiras ainda não tinham embarcado de volta ao país[19]. A tomada de Monte Castello pelas tropas brasileiras em 21 de fevereiro de 1945 foi decisiva para a vitória dos aliados. Daí até 28 de abril, quando a FEB cumpriu suas últimas missões com o ataque contra Fornoque que culminou na rendição alemã em 8 de maio daquele ano, a demanda pela atividade do soldado em luta diminuía e, com o recuo do inimigo, a vida nas cidades foi retornando à rotina. Entre esta data e o retorno das tropas ao Rio de Janeiro, que se deu de forma parcial por meio de cinco escalões entre 06 de julho e 03 de outubro de 1945, as 58 uniões entre homens da Força Expedicionária Brasileira e as mulheres italianas foram oficializadas.

As fotos imortalizam o casamento

As cerimônias foram realizadas na igreja, em sua grande maioria às escondidas das autoridades brasileiras[20] visto que o Estatuto dos Militares proibia os soldados de se casarem antes dos 25 anos de idade (Cytrynowics, 2000: 128). Apesar disso, os enlaces foram inclusive oficializados na comuna, onde o registro civil representava o contrato social que selava a boa intenção de ambas as partes.

Havia pressa para a realização dos matrimônios. Era necessário correr para que acontecessem antes do retorno dos soldados brasileiros ao seu país e, desta forma, se obtivesse a certidão que seria apresentada junto ao Consulado do Brasil para que os procedimentos oficiais de autorização de entrada das mulheres italianas fossem consentidos. A celeridade fez com que alguns ritos matrimoniais, normalmente tidos como símbolos de união perante à sociedade, fossem excluídos, entre eles, o tradicional vestido branco. Em seu lugar trajes simples e confeccionados às pressas foram providenciados. Em meio às precariedades existentes e à destruição deixada pelos combates, as narrativas colecionam imagens daquele momento. Algumas ficaram cristalizadas apenas na memória. “Não tive, nem ao menos, um vestido de noiva, por isso fizemos um vestido comum, recolhemos ramos de flores de laranjeira, arranjamos

adequadamente meus cabelos e assim, Giovanni e eu, plenos de felicidade nos dirigimos ao altar”, escreveu Rita Cei (Cartas de Rita Cei da Silva, s.a.). Mas houve tempo para o registro fotográfico, uma maneira de perpetuar aquele momento e garantir uma prova material que desse veracidade ao acontecimento. Afinal, “não há casamento, sem sua fotografia” (Bourdieu, 2003: 59).

Um dos principais ritos de passagem em quase todas as sociedades, o retrato legítima e se confunde com a própria lembrança do casamento (Moreira Leite, 2001: 111), imortalizando-o. São fotos com funções afetivas, carregadas de uma representação simbólica que envolve tanto as expectativas dos personagens fotografados como também da sociedade. Imagens que se apresentam como prova da união e do início de uma nova família, “(...) um registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior” (Kossoy, 2003: 156).

É comum que fotos de casamento registrem a presença dos grupos a que os indivíduos pertencem como sinal de aprovação das uniões. A ausência das famílias maternas nos retratos de Umbertina e Loretta, contudo, sugere refletir sobre os sentimentos e expectativas que tinham sobre tais uniões, onde havia três alternativas: a filha ser abandonada pelo marido com seu iminente retorno ao Brasil; o improvável retorno deste à Itália para dar continuidade ao projeto de família ou o deslocamento da jovem para o Brasil, sob condições duvidosas. Era um contexto de incerteza onde, num primeiro momento, a decisão de foro íntimo sobrepôs-se à racionalidade.



Foto 1.

Casamento de Durvalino de Sousa com Umbertina Signorini. Santa Croce sull' Arno/Itália, 28/07/1945

Fotógrafo não identificado. Acervo da família.



Foto 2.

Casamento de Orlando Gomes Loques com Loretta Maria del Confetto. Santa Croce sull'Arno/Itália, 19/07/1945

Fotógrafo não identificado. Acervo da família.

Apesar das adversidades reinantes, é uma ilusão supor-se que não tivesse havido resistência. O Praça Glauco de Castro e Silva que comandava um pelotão de morteiro, deixou registrado em seu diário de campanha da Itália (Diário de campanha de Glauco de Castro e Silva, s.a.), a perseguição que Clara Capitani, na ocasião sua namorada, sofreu:

(...) terminada a guerra, proliferaram os chamados partigiani. Eles eram desertores do antigo exército italiano ou civis que tinham escapado da conscrição alemã e estavam escondidos em montanhas. Esses partigiani tiravam proveito da população, pelo fato de serem antifascistas, para não dizer, comunistas e se consideravam patriotas (...) Ameaçavam cortar o cabelo de Clara devido seu relacionamento comigo[21].

A reconstrução da vida daquelas moças com estrangeiros parece não ter passado indiferente também para a família da jovem de Santa Maria a Monte, Rita Cei.

Não nego que, em seguida, houve ainda resistência da parte das irmãs e parentes, não por causa do Giovanni, mas porque não aceitavam mudar-me para um novo mundo sozinha, sem conhecer ninguém. Foi uma tragédia (Cartas de Rita Cei da Silva, s.a.)

Contudo, no contexto de penúria que vivia a Itália não havia muito o que pudessem se fazer para evitar tal imigração. O país destruído, com a economia em crise, vivia uma carência estrutural que viabilizava a drenagem do excedente humano, sem resistência da política oficial que tendeu a favorecer este movimento de cidadãos para fora da sua península.

A mídia e a expectativa social

O momento mais triste que despedaçou meu coração, o qual batia mais forte, foi quando o navio, ao som da sirene, se afastava do cais; o pranto, o agitar dos lenços, um último beijo mandado com a mão, ainda uma saudação, enquanto o navio

lentamente se afastava silencioso, os lenços brancos banhados com lágrimas, e um a um, levava uma parte da minha vida. Pela primeira vez percebi que estava só; apenas o pranto era meu amigo; assim absorta, olhei ao redor, não havia mais ninguém, apenas céu e água. Rita Cei (Carta de Rita Cei da Silva, s.a.).

Os sonhos e ilusões de um mundo outrora idealizado por Rita deram lugar à dor da separação e ao sentimento de erradicação provocado pelo deslocamento. Para Umbertina, a dor da separação doeu na alma e no corpo, a ponto de não conseguir andar após sofrer enjoos durante o trajeto marítimo. A expectativa que dias antes envolvia o momento da partida acabou por mergulhar em um mar de incerteza diante da ruptura que a viagem representava.

Para as mulheres, uma convocação para viagem foi expedida pelo Consulado brasileiro e enviada pelo correio. Já os maridos foram informados da chegada do navio por circular consular e pela mídia (Diário de Notícias, 1945/10/23/; O Globo, 1945/10/06), numa ação intermediada pelo Ministério da Guerra que os convocava a comparecer ao Quartel General da FEB no Rio de Janeiro a fim de receberem as orientações sobre a chegada do navio. Uma divulgação pública dos nomes dos 58 casais foi largamente estampada nos jornais[22].

Às vésperas da chegada do navio ao Rio de Janeiro, reportagens de jornais anunciavam o acontecimento com séries de informações voltadas às biografias destes romances, no intuito de desvendar a viabilidade destes encontros ocorridos no contexto da II Guerra Mundial. Uma mescla de curiosidade e desconfiança alimentava o olhar dos observadores, cujas opiniões refletiam a expectativa da sociedade em relação às imigrantes.

O status de esposas dava a essas mulheres uma espécie de salvo conduto e as credenciava socialmente para o papel que deveriam assumir no Brasil. Para as noivas italianas a migração não tinha outro propósito se não o de viabilizar o projeto de família. E o país de acolhimento não esperava delas outro papel que não fosse o de mãe. Não foi aleatoriamente que o Jornal Folha Carioca (1945, outubro) as identificou como “futuras mães brasileiras”, como se a fertilidade fosse o único papel que coubesse à mulher no âmbito familiar e social após o casamento.

Imediatamente após a chegada do navio Pedro II, as matérias jornalísticas registravam o fato em si e a curiosidade de conhecê-las através de entrevistas para saber a primeira impressão que tiveram do Brasil e como se sentiam no “seio de suas novas famílias”[23]. O embaixador italiano Mario Martini subiu a bordo para oferecer presentes de casamento às jovens recém-chegadas, quando também os jornalistas foram convidados a transpor as escadas do navio para registrar o desembarque das noivas.

A bordo do Pedro II os repórteres presenciavam instantes de funda emoção. Jovens casais que se encontram, outros que se veem de longe e acenam os lenços. Algumas jovens esposas, todavia, procuram com os olhos fitos na multidão que se comprime lá no cais (A Noite, 1945, outubro 31).

Os rostos sorridentes e alegres retratados nas fotos tiradas sob o calor dos acontecimentos refletiam mais um sentimento de satisfação pelo reencontro com o marido do que propriamente a integração com uma

sociedade que ainda desconheciam, até porque muitas ainda nem haviam chegado aos seus futuros lares visto que os homens eram de diferentes regiões do Brasil.



Foto 3.

Deslumbradas com o Brasil

Jornal “A Noite”, Rio de Janeiro, data não identificada.

No cais do porto o clima era de emoção. Casais se beijavam, noivas gritavam pelos nomes dos seus esposos na ânsia de encontrá-los rapidamente, enquanto outras choravam em meio à multidão até conseguirem identificar o rosto do parceiro e abraçá-lo. Passados aqueles momentos de euforia após a chegada viria uma segunda ruptura e, portanto, de despedida das recém-desembarcadas com as amizades construídas por meio de afinidades durante o convívio de 21 dias no navio.

Para duas esposas não foi possível concretizar o projeto de família. A ausência de seus maridos no desembarque foi assunto de destaque na imprensa[24]. Uma delas já portava uma criança no colo. Seus olhares tristes foram a pura demonstração da desesperança e da incerteza, e contrastaram com a expressão de alegria das demais. Contudo, foram apontadas por um jornal carioca, como “As exiladas do amor” (fot. 4) (A Noite, 1945/10/31) e acabaram por fim, retornando à Itália. Por outro lado, àquelas que encontraram seus maridos foram destacadas pelo mesmo jornal como as “Deslumbradas com o Brasil” (fot. 3) (A Noite, s.a.).



Foto 4.

As exiladas do amor

Jornal “A Noite”, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1945.

A ausência de redes migratórias de suporte e o isolamento das italianas no Brasil

Decorrida a exaltação do desembarque e dos rostos felizes retratados nas reportagens, sucedeu o silêncio. Durante muito tempo tudo o que envolveu a FEB foi relegado a um plano secundário e por razões políticas e corporativa[25] não faz parte da memória histórica do país. Só recentemente o assunto tem despertado o interesse de estudiosos, mesmo assim, a vida das 58 mulheres italianas que se casaram com pracinhas brasileiros ainda é pouco pesquisada.

Afinal a Guerra foi um espaço de destaque masculino por excelência e as mulheres aparecem nesse cenário num segundo plano de forma bastante casual. Vítimas esquecidas da História das Guerras, as mulheres “veem sua história dissolvida na história dos homens. Isso é verdade em tempos de paz. E é muito mais verdade em tempos de guerra, nos quais os homens ocupam mais ainda o centro da cena e, por conseguinte, escrevem a história, a história deles”[26] (Quetel, 2009: 5).

Os 58 casamentos aqui narrados constituem um episódio desta história que culminou na constituição de famílias transoceânicas. Mas, ainda estão por ser escritas outras formas de relacionamentos afetivos da guerra como o amor fortuito, os sentimentos platônicos, as aventuras amorosas e outros tipos de relacionamentos que não integram as estatísticas oficiais porque não passaram pelos mecanismos da oficialização, entretanto, estão presentes nas memórias dos personagens.

Não se pode afirmar de forma contundente que essas 58 esposas italianas foram as únicas que emigraram para o Brasil com o projeto individual de formar família[27]. Tampouco se pode afirmar o sucesso generalizado desse projeto de vida, visto que dificuldades de adaptação motivaram algumas delas a retornarem ao seu país de origem.

Algumas questões ainda precisam ser superadas pela pesquisa, principalmente a que da dificuldade de localização residencial dessas italianas devido à dispersão pelo território brasileiro. Há por fim, a idade avançada e as precárias condições de saúde dessas mulheres que muitas vezes impede o mergulho no universo vivido por elas e, portanto, necessita da ajuda das suas famílias, e que nem sempre se mostram acessíveis ou interessadas em compartilhar histórias das suas vidas privadas.

A ausência de redes migratórias de apoio familiar ou comunitário acabou por colocar essas italianas numa situação de isolamento no país de adoção, acentuada pelas dificuldades de integração decorrentes das diferenças culturais e até mesmo da barreira imposta pelo idioma. Umbertina, a mais nova entre as noivas, tinha 14 anos quando se casou e chegou ao Brasil. Emagreceu durante a viagem e depois de 21 dias de navegação, teve de percorrer ainda cerca de 1.200 quilômetros até Porto Alegre, de onde, a cavalo, foi para a casa do sogro que morava numa cabana de pau a pique. A pobreza do lugar a impressionou, pois antes da guerra sua vida era de mais conforto. Sem noção da distância, Umbertina achava que voltaria em breve para a Itália. Aos 16 anos não sabia porque crescia

sua barriga. O marido explicou-lhe que era uma criança que tinha lá e ela perguntava como que ia sair. O primeiro filho nasceu de 7 meses.

Durante um bom tempo da sua vida passou no hospital. Com febre e suposto problema no coração, os médicos não sabiam diagnosticar a causa da sua doença. Enquanto isso, era assombrada pelas lembranças dolorosas da Guerra e pelo medo de morrer soterrada, numa referência à necessidade de esconder-se em abrigos quando havia bombardeios no vilarejo que vivera na juventude. Anos depois descobriu-se que a doença que afligira Umbertina foi depressão.

Loretta, companheira de viagem de Umbertina, sofreu de demência nos seus últimos anos de vida, apagando da memória toda e qualquer lembrança. Entretanto, nem mesmo quando jovem gostava de falar da vida que levava na Itália. Sua filha confessa que durante toda a vida, a mãe sempre fora uma pessoa calada.

O silêncio, a doença e a depressão são aspectos emocionais que podem estar relacionados aos dramas pessoais da imigração e aos traumas vividos durante o conflito armado. Episódios que não afloram espontaneamente nas entrevistas, cujas narrativas têm como fio condutor os fatos que envolveram o namoro e o casamento, além dos dramas da viagem e a expectativa do reencontro com os maridos. Entre a dor da ruptura e a expectativa do recomeço, revela-se um sujeito feminino dividido e que se cala diante da vida que leva no país de destino.

O único vínculo com o Brasil era o marido. Nesse caso, a imigração como resultado da decisão racional de um indivíduo não pôde contar com laços de solidariedade e ajuda mútua como suporte emocional essencial à adaptação. Sobre a dor da distância, escreveu Rita: “Vanda. Le notizie dalle persone care che vogliamo bene e sono lontane sono un gran conforto per noi che siamo lontane”[28]. A situação de isolamento dessas mulheres deve ter tornado a adaptação ainda mais difícil e dolorosa junto ao confinamento doméstico. Até mesmo na Itália, onde a guerra provocou a abertura dos espaços sociais às mulheres no período pós-guerra, elas foram forçadas a retornarem ao lar[29].

A projeção social das esposas italianas na mídia brasileira durou poucos dias, uma excepcionalidade devida mais aos personagens masculinos que protagonizaram os relatos históricos. O silêncio acerca de como enfrentaram os desafios no seio das novas famílias decorre de uma história que despreza os aspectos da vida privada e do cotidiano familiar.

Acostumadas a irrelevância social diante do evento histórico da Guerra, essas mulheres, quando entrevistadas, necessitam da motivação do entrevistador para mergulhar em seus sentimentos e refazer suas trajetórias pessoais, repletas de significado histórico. Trata-se de uma história que “não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016: 12). E não há como falar da vida destas 58 noivas da Guerra sem compreender como elas construíram suas vidas no Brasil e de que forma as lembranças bélicas e a separação da família afetou essa construção da identidade numa nova família e num novo contexto social.

Conclusão: as esposas da guerra

As esposas da guerra que se uniram com brasileiros, chamados de liberatori pelos italianos, foram personagens deste enredo que trata de histórias de ruptura e recomeço, em que o sentimento sobrepôs-se à razão e revelou um ser dividido entre a origem e o destino. Contudo, as relações amorosas aqui narradas ultrapassaram os ditames pessoais e vão muito além dos 58 enlaces matrimoniais. São histórias que envolveram também questões diplomáticas, onde a falta de resistência do Estado italiano no processo de oficialização reflete também a condição de gratidão frente às ações dos Aliados para livrar a península do sofrimento causado pelo nazifascismo. A maior prova do consentimento oficial pode ser traduzida no gesto do embaixador italiano de ter se dirigido ao cais para receber as jovens conterrâneas e oferecer-lhes a bordo, presentes de casamento. Contudo, ao findar a Guerra, as mulheres deveriam assumir seu posto doméstico, tanto na Itália como no Brasil. E a condição de esposas, anunciada premente pela mídia, foi responsável por determinar o papel social que deveriam assumir na sociedade brasileira.

Referencias

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2ªed. Rio de Janeiro: LTC.
- Assis, G. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, 15(3): 745-772.
- Bourdieu, P. (2003). *Un arte médio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografia*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Cairolì, R. (2013). *Dalla parte del nemico: Ausiliarie, delatrici e spie nella Republica sociale italiana (1943-1945)*. Milano: Mimesis.
- Cytrynowics, R. (2000). *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra mundial*. São Paulo: Geração Editorial/ Edusp.
- Ferraz, F. (2012). *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel Campus Universitário.
- Ginzburg, C. (1990). *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL.
- Isenburg, T. (2015). *O Brasil na segunda guerra mundial*. São Paulo: 22 Editorial.
- Kossoy, B. (2003). *Fotografia e História*. 2ª Edição, São Paulo: Ateliê Editorial.
- Maximiano, C. (2010). *Barbudos, sujos e fatigados – soldados brasileiros na segunda guerra mundial*. São Paulo: Grua Livros.
- Moreira Leite, M. (2001). *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. 3ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Pessar, P. (1999). *The Role of Gender, Households, and Social Networks in the Migration Process: A Review and Appraisal*. In: *The Handbook of International Migration: The American Experience*. New York: Russell Sage Foundation, 51-70.

- Pires, W. (1950). *Sangue, suor e neve*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- Ponzani, M. (2015) *Figli del nemico: la relazione d'amore in tempo di guerra. 1943-1948*. Roma/ Bari: Editora Laterza.
- Portelli, A. (2016). *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz.
- Quetel, C. (2009). *As mulheres na guerra: 1939-1945*. São Paulo: Editora Larousse.

Fontes

- Arquivo Histórico Nacional, Fundo/Coleções – Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Rio de Janeiro.
- Decreto nº 3010, de 20/08/1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Diário de Notícias (1945/10/23). Rio de Janeiro.
- Documentário “FEB a nossa História” (2005). Projeto História Oral dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. CPOR do Recife e ANVFEB-PE.
- Diário de Glauco Castro e Silva na campanha da Itália na Força Expedicionária Brasileira em 1944/1945, cedido pelo seu filho Ricardo Capitani de Castro e Silva, Rio de Janeiro.
- Cartas de Rita Cei da Silva (s.a.), ANVFEB de Pernambuco.
- Folha Carioca (1945, outubro). Rio de Janeiro.
- O Globo (1945/10/06). Rio de Janeiro.
- A Noite (1945/10/31). Rio de Janeiro.
- Il Tirreno (1945/10/21). Livorno.

Entrevistas

- Loretta Maria del Confetto, entrevistada em 12 de junho de 2017, Rio de Janeiro.
- Oldinot Wiladino, entrevistado em 19 de outubro de 2016, São Luiz.
- Umbertina Signorini de Souza, entrevistada em 23 de março de 2017, Curitiba.

Notas

[2] As reflexões deste artigo baseiam-se nos testemunhos, fotografias, cartas e diários levantados pelo projeto “Laços de Guerra: expedicionários brasileiros e alianças para além do front”, desenvolvido junto ao Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER-USP), que tem como objetivo reconstituir, a partir da técnica de história oral de vida, as redes de socialização de soldados que tomaram parte na Força Expedicionária Brasileira durante a campanha na Itália. A descoberta da existência de casamentos entre eles e italianas introduziu um novo elemento à pesquisa, que doravante vem se dedicando também a registrar os depoimentos das esposas - ou de seus descendentes - que optaram por migrar rumo ao Brasil para viverem com seus maridos.

[3] Busco na abordagem da Micro-História inspiração para narrar as redes sociais de relação durante o conflito mundial a partir de fragmentos que as histórias vividas pelos soldados e as mulheres representam. Neste aspecto, a história de vida de indivíduos permite revelar aspectos das práticas sociais cotidianas e as redes de solidariedade (Ginzburg,1990).

[4] O navio Pedro II da Companhia Lloyd transportava majoritariamente italianos, que buscavam o Brasil como residência permanente para fugir dos efeitos devastadores da guerra. Estes totalizavam 186 pessoas. O segundo grupo, de 164 pessoas, era de brasileiros que ficaram retidos na Itália durante o conflito mundial, além de 31 membros da FEB (10 oficiais e 21 praças) que permaneceram em solo italiano após o retorno das tropas feito em várias etapas. Havia ainda 11 passageiros temporários, pessoas de cinco nacionalidades que tinham como destino final outros países da América Latina. A relação de passageiros do Vapor Pedro II está em Arquivo Histórico Nacional, Fundo/ Coleção Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

[5] Um dos mais emblemáticos, “Sangue, suor e neve” foi escrito pelo oficial expedicionário Waldir Magalhaes Pires, que inspirou um filme homônimo para contar a participação do Brasil na campanha da Itália de uma forma que o autor define como “um enredo romanceado, que se desenrola em meio das ações de guerra, sem, todavia, comprometer a veracidade das mesmas, até porque o próprio romance, pleno de aventuras de amor, de espionagem e de combate, baseia-se na realidade palpável da guerra” (Pires,1950: 11).

[6] Das 58 noivas transportadas pelo Pedro II, duas embarcaram em Nápoles (de onde o navio partiu), duas em Roma e 54 em Livorno.

[7] Trecho da carta que Rita Cei da Silva – uma das noivas que partiu de Livorno - escreveu para o italiano Fábio Gualandi a fim de ser publicada na revista Gente di Gaggio. Nela a italiana conta sobre como conheceu seu marido - o Praça João Batista da Silva -, as providências para conseguir autorização para celebração do casamento entre ambos em 24 de agosto de 1945, as formalidades necessárias junto ao Consulado Brasileiro para emigrar e seus sentimentos diante do deslocamento. Uma vez no Brasil, foi morar em Recife (PE). A carta foi cedida por Rigoberto Júnior, da ANVFEB de Pernambuco, e não está datada.

[8] Arquivo Histórico do Exército, Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Acervo Força Expedicionária Brasileira. Documentos e requisições de passagens e carga - Navio Pedro II. Rio de Janeiro.

[9] Segundo o Art. 24 do Decreto nº 3.010, de 20/08/1938, que regulamenta a entrada de estrangeiros em território nacional, consideram-se permanentes os que tencionam fixar-se no território nacional, ou seja, nele permanecer por mais de seis (6) meses. A legislação na íntegra pode ser vista em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>.

[10] Há uma tendência de entender a imigração segundo uma conotação masculina, isentando as mulheres dos fluxos migratórios. Um estudo sobre as mulheres de Criciúma (SC) que emigraram para Boston, nos Estados Unidos, reflete sobre as questões que contribuem para a compreensão de elas nunca terem sido percebidas como sujeitos no processo migratório (Assis, 2007: 748).

[11] Existe uma farta publicação memorialística que envolvem as operações de guerra, incluindo textos de cronistas e de correspondentes de guerra a diários de praças ou oficiais. Mais recentemente historiadores têm se dedicado à compreensão do esquecimento da temática pela historiografia e às possíveis razões para não ter ocupado um lugar simbólico na memória nacional (Ferraz, 2012), se valendo do registro de depoimentos de veteranos de guerra para desconstruir visões românticas ou preconceituosas sobre a atuação brasileira nos campos da Itália (Maximiano, 2010).

[12] A Noite, Folha Carioca, Diário de Notícias e o Globo, todos jornais do Rio de Janeiro, à época capital federal, e destino final do navio Pedro II.

[13] Oldinot Wiladino, natural de Bagé (RS), nasceu em 1925 e foi para a Itália no 5º escalão, que chegou ao Porto de Nápoles em 22 de fevereiro de 1945, portanto quando a guerra vivia seus últimos momentos decisivos e por isso não chegou a entrar em combate. Entrevista foi concedida em 19 de outubro de 2016.

[14] Trato aqui apenas dos relacionamentos oficializados, cuja apresentação das certidões foi condição exigida pelas autoridades brasileiras para concessão dos vistos de permanência.

[15] Umbertina Signorini de Souza, entrevistada em 23 de março de 2017, era de Stafolli. Casou-se com Durvalino de Sousa (fot. 1.), que durante a campanha na Itália atuou como cozinheiro, e com quem foi morar primeiro no Rio Grande do Sul e depois em São José dos Pinhais (PR).

[16] Loretta Maria del Confetto, entrevistada em 12 de junho de 2017, era de Santa Croce sull'Arno. Casou-se com Orlando Gomes Loques (fot. 2) e uma vez no Brasil foi morar no Rio de Janeiro.

[17] Além da carta deixada por Rita Cei da Silva, foi possível ter mais informações sobre sua história e de seu marido João Batista da Silva através de depoimento obtido pelo projeto de História Oral dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e apresentado no documentário "FEB a nossa História" (2005).

[18] Com cerca de 280 km de extensão apoiada nos montes Apeninos, era uma área de resistência alemã que impedia o acesso dos Aliados em direção ao norte da Itália.

[19] Das entrevistadas cujos nomes integram a lista das noivas que migraram para o Brasil, Umbertina casou-se em 28 de julho de 1945, Rita Cei em 24 de agosto do mesmo ano e Loretta em 19 de julho.

[20] Exceção de Clara Capitani que se casou em 07 de junho de 1945 em Bombiana com Glauco de Castro e Silva, após pedir autorização às autoridades. Relata o Praçinha, em seu diário de campanha, que "o pedido foi encaminhado ao comandante da Companhia que o enviou ao comandante do batalhão, depois ao comandante do regimento e ao comandante da divisão, General Mascarenhas. Como o tempo se passava e não havia nenhuma informação, fui ao QG da FEB, na ocasião, em Alexandria. Cheguei às 19:00. O ajudante de ordens do general conduziu-me à sua presença. O general já tinha se recolhido e estava de pijamas. Apressei-me e disse-lhe o que me tinha levado lá. Lembrava-se do meu nome. Disse-me, então, que não tendo competência para esta autorização, tinha enviado o pedido para o Brasil. Quando lhe disse que o tempo era curto, ele me disse: Case, meu filho!". Diário de Glauco na campanha da Itália na Força Expedicionária Brasileira em 1944/1945, cedido pelo seu filho Ricardo Capitani de Castro e Silva. Nesta data a FEB ainda não havia sido desmobilizada, o que só ocorreu em de julho de 1945.

[21] O relacionamento de italianas com soldados estrangeiros não era bem visto por aqueles que faziam parte do movimento armado de oposição ao fascismo e à ocupação nazista da Itália, chamados de partigiani. As mais discriminadas foram as que se relacionaram com soldados alemães, acusadas de serem colaboracionistas (Ponzani, 2015).

[22] O deslocamento das italianas casadas com soldados brasileiros também foi destaque na imprensa italiana. Um jornal da região da Toscana assim registrou o fato: "È stato autorizzato il libero ingresso in Brasile a duemila donne italiane che hanno sposato soldati del corpo di spedizione brasiliano nel corso della guerra. Esse saranno trasportate in patria dai rispettivi mariti a bordo del trasporto brasiliano "Pedro Segundo", a spese del Governo brasiliano". (Il Tirreno, de 21 de setembro de 1945). Não foram

identificados documentos que atestem a quantidade de mulheres casadas descrita nesta matéria, por esta razão atendo-me à listagem oficial de passageiros do Vapor Pedro II.

[23] Expressão retirada da reportagem publicada no Jornal A Noite (RJ).

[24] As duas mulheres cujos maridos não estiveram no porto para recebê-las – Angela Michelotti Regino e Leia Nicolini da Silva - foram acolhidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição criada pela primeira dama Darci Vargas em outubro de 1942, e que durante a guerra assumiu a função de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados e seus familiares. Ficaram abrigadas na Escola Ana Nery, no Rio de Janeiro.

[25] A tropa que voltava da Itália, onde fora combater contra governos autoritários, poderia colocar em xeque o sistema político vigente (Isenburg, 2015), e os cidadãos comuns convertidos em soldados também não eram bem vistos pelos oficiais de carreira do exército pela experiência adquirida no campo de batalha (Ferraz, 2012).

[26] Nesta obra o autor restitui a visibilidade das mulheres na guerra, apoiando-se em um amplo acervo iconográfico para mostrá-las não só como vítimas, mas como parte do esforço de guerra nos países envolvidos no conflito mundial.

[27] Entrevistei outra italiana que foi ao encontro do amado no Brasil em 1946, após casarem-se por procuração, fruto de um relacionamento iniciado no fim da guerra. Ela chegou a Porto Alegre com o filho no colo e sob condições distintas das narradas aqui, por essa razão seu caso não foi incluído no estudo.

[28] Carta que Rita escreveu a Vanda, filha de Loretta, em 6 de agosto de 2008. A distância que ela menciona na carta refere-se ao fato de Rita morar em Recife e Loretta no Rio de Janeiro.

[29] A atuação da mulher no jogo da guerra foi presente na Itália, mesmo quando não pegava em armas. Um dos casos mais emblemáticos é a das colaboracionistas (auxiliares, deladoras, espiãs) que trabalharam à serviço dos fascistas e nazistas da República de Salò (1943-1945). Acabada a guerra, e a excepcionalidade que o conflito demandava, as mulheres deveriam voltar “ao seu posto”, a casa, e passar uma esponja sobre as atrocidades que haviam contribuído (Cairolí, 2013).

Notas de autor

- [1] mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Pesquisadora do projeto – Deslocamentos Humanos: narrativas e representações, desenvolvido junto ao LEER/USP com a pesquisa “Expedicionários brasileiros deslocados para o front: narrativas e representações”. Autora do livro *Herdeiros da Fundação* (São Paulo: Hucitec, 1998) que trata da imigração italiana para o Núcleo Colonial de São Caetano do Sul. Também atuou como pesquisadora do projeto “Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo” e coordenou pesquisa e exposição sobre o acervo histórico da Ford Caminhões (SP) e do Sindicato da Construção Civil de São Paulo. E-mail: cristinaferes3@gmail.com.